

RECURSO ESPECIAL Nº 1.736.018 - RS (2018/0089135-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : ALISSON DOS SANTOS CAPPELLARI - RS046946
RECORRIDO : JOÃO FRANCISCO MASSAFRA
ADVOGADOS : EUGÊNIO LEONARDO VIEIRA GRANDÓ - RS050215
FREDERICO AUGUSTO VIEIRA GRANDO - RS059119
INTERES. : BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN
INTERES. : UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por BANCO DO BRASIL SA em face de acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fls. 459):

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO.

EXECUÇÃO PROVISÓRIA DE SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CÉDULAS RURAIS PIGNORATÍCIAS. CORREÇÃO MONETÁRIA. DEVOLUÇÃO DOS VALORES COBRADOS A MAIOR.

- De regra, cumpre ao executado ofertar impugnação e informar de imediato o valor que entende correto, sob pena de indeferimento liminar da alegação de excesso de execução.

- No caso em apreço, trata-se de execução provisória de ação coletiva, tendo o título judicial reconhecido que o índice de correção monetária aplicável às cédulas de crédito rural, no mês de março de 1990, nas quais prevista a indexação aos índices da caderneta de poupança, foi o BTNF no percentual de 41,28% (e não 84,32%), afirmando-se o direito dos agricultores à devolução do montante cobrado a maior.

- Nessas execuções, tem-se admitido a deflagração mediante apresentação de elementos mínimos sobre a relação havida entre o titular do crédito e o banco réu, exigindo-se do mutuário que demonstre a existência da cédula, para, a partir de então, determinar a inversão do ônus probatório de forma que a instituição financeira apresente comprovantes de pagamento e demais informações.

- Estando a documentação em posse do devedor, possível o melhor esclarecimento posterior da situação, caso a caso, sem que isso constitua empeco ao aparelhamento da execução. Afigura-se razoável que ao executado se confira prazo para prestar adequadamente todas as informações e ofertar o detalhamento de sua defesa. Se os documentos estão em seu poder, e se eles são essenciais ao esclarecimento de toda a situação, não há razão para se negar o prazo postulado.

- Hipótese na qual, apesar de não ser acolhida a alegação de necessidade de liquidação da sentença exequenda, tem-se que, excepcionalmente, deve ser deferido o prazo postulado de 30 dias, razoável para que se traga documentos essenciais ao deslinde das questões suscitadas e apresente os cálculos aritméticos correspondentes.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (fls. 496/497).

Nas razões do apelo (fls. 507/525), a parte insurgente alega, além de dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 319, inciso IV, 320, 373, inciso I, 502, 503, 506, 507 508, 509, inciso II, 1.022 e 1.025 do Código de Processo Civil e 6º, inciso VII, do Código de Defesa do Consumidor.

Sustenta, em síntese:

a) omissão do Tribunal de origem, pois teria se recusado a prequestionar os dispositivos legais apontados no recurso especial;

b) para terem direito à correção do saldo de cédulas de crédito rural, em razão da superveniência de planos econômicos, os autores deveriam ter comprovado o pagamento dos títulos, mostrando-se indevida a inversão do ônus probatório com base no art. 6º, VIII, do CDC;

b) o CDC não pode ser aplicado a causa cujo fundamento seja fato ocorrido em 30/04/1990, antes da vigência desse diploma; e

c) o débito exequendo não pode ser calculado por meros cálculos aritméticos, sendo necessária a realização de perícia.

Admitido o apelo, os autos subiram ao exame do STJ.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. Na forma da jurisprudência desta Corte, "o Poder Judiciário não está obrigado a emitir expresso juízo de valor a respeito de todas as teses **e artigos de lei invocados pelas partes**, bastando para fundamentar o decidido fazer uso de argumentação adequada, ainda que não espelhe quaisquer das linhas de argumentação invocadas" (AgRg no REsp 1553709/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/10/2015, DJe 05/11/2015).

No mesmo sentido:

PROCESSO CIVIL. USUCAPÍÃO. POSSE. ANIMUS DOMINI NÃO CONFIGURADO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA.

1. O Tribunal não está obrigado a pronunciar-se acerca de todos os artigos de lei invocados no recurso especial, desde que decida a matéria suscitada, adotando fundamento suficiente para embasar a manifestação jurisdicional. A omissão que enseja o cabimento dos embargos diz respeito a questões apreciadas, não aos argumentos trazidos no recurso.

2. A mera repetição dos fundamentos da sentença pelo acórdão da apelação, a princípio, não acarreta prestação jurisdicional deficiente, desde que tais fundamentos contenham a análise dos pontos controvertidos submetidos à decisão judicial.

3. Imóveis destinados à população de baixa renda e financiados por meio do Sistema Financeiro de Habitação, gerido pela Caixa Econômica Federal, não estão sujeitos à aquisição originária pela usucapião urbana especial do Estatuto da Cidade se, no período de cinco anos de posse previsto no art. 9º da Lei n. 10.257/2001, a CEF promovia os atos jurídicos necessários à retomada e refinanciamento.

4. Para efeitos da usucapião, mesmo a especial urbana, a posse exercida com animus domini ultrapassa a mera vontade de possuir, devendo resultar

do título pelo qual é detida, de forma que posse decorrente de relações contratuais que afetem o proprietário do imóvel prescinde do animus domini.

5. Recurso especial desprovido.

(REsp 1221243/PR, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/02/2014, DJe 10/03/2014)

Inadmissível, portanto, a oposição de embargos de declaração com o fim exclusivo de prequestionar dispositivos legais, sem que haja efetiva omissão, contradição, obscuridade ou erro material no julgado.

A tese de omissão do aresto, assim, deve ser rejeitada.

2. A tese segundo a qual o CDC seria inaplicável à espécie, pois editado após a ocorrência dos fatos que dão suporte à demanda, não foi debatida na origem, não obstante a sua provocação por meio dos segundos embargos declaratórios (fls. 347/356). Assim, como a parte deixou de alegar, **fundamentadamente**, possível ofensa ao art. 1.022 do NCPC, resta incidente ao caso o óbice da Súmula 211/STJ.

Nesse sentido:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. RAZÕES QUE NÃO ENFRENTAM O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. REAVALIAÇÃO DO IMÓVEL APÓS A ADJUDICAÇÃO. NÃO CABIMENTO. QUESTÃO PRECLUSA. PRECEDENTES. SÚMULA Nº 83/STJ. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ.

1. As razões do agravo interno não enfrentam adequadamente o fundamento da decisão agravada.

2. Nos termos da jurisprudência desta Corte, "em qualquer das hipóteses previstas nos incisos do artigo 683 do Diploma Adjetivo Civil, o pedido de reavaliação do bem penhorado deverá se dar antes da sua adjudicação ou alienação. Tendo, in casu, o pleito sido requerido quando já ultimado o ato expropriatório (após a arrematação) não há como afastar a sua preclusão" (REsp 1.014.705/MS, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/8/2010, DJe de 14/9/2010). Incidência da Súmula nº 83/STJ.

3. **Não tendo havido o prequestionamento do tema posto em debate nas razões do recurso especial, ainda que opostos os embargos de declaração, incidente o enunciado nº 211, da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.**

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no REsp 1397272/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 07/06/2018, DJe 14/06/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. LEI N. 11.232/2005. EXECUÇÃO INICIADA NA VIGÊNCIA DA LEGISLAÇÃO ANTERIOR SEM A CITAÇÃO DO EXECUTADO. APLICAÇÃO DA NOVA LEGISLAÇÃO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 211/STJ. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. "(...) com a entrada em vigor da Lei nº 11.232/2005, quando ainda em curso processo de execução sob o regime da lei anterior, sem que tenha

ocorrido a citação do devedor, pode o credor requerer, por simples petição, que o magistrado adote o novel procedimento - com a incidência da multa do art. 475-J do CPC -, ou este, de ofício, deve converter a ação de execução em cumprimento de sentença, adotando, para tanto, o novo ordenamento" (REsp 993.738/SC, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/10/2011, DJe 13/02/2012).

2. A simples indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem enfrentamento do tema pelo acórdão recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, a teor da Súmula n. 211 do STJ.

3. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).

4. No caso concreto, para alterar a conclusão do Tribunal de origem de que não houve desídia do credor, seria necessário nova análise da matéria fática, inviável em recurso especial.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1567668/MT, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 10/12/2018, DJe 17/12/2018)

Deve se destacar, ademais, que, embora tenha havido a alegação de omissão do julgado de 2º grau, a parte não apontou essa matéria, especificamente, como omitida.

3. Diante do debate quanto à instrução da ação de execução individual de sentença coletiva, o Tribunal de origem decidiu que a juntada aos autos da cédula de crédito rural, cujo saldo teria sido subdimensionado pela instituição financeira com a sucessão dos planos econômicos, seria suficiente para o processamento da demanda, exigindo da parte executada, com base no art. 6º do CDC, a prova do inadimplemento do título referido.

Eis a propósito trecho do aresto impugnado (fl. 457):

Nessas execuções, tem-se admitido a deflagração mediante apresentação de elementos mínimos sobre a relação havida entre o titular do crédito e o banco réu, exigindo-se do mutuário que demonstre a existência da cédula, para, a partir de então, determinar a inversão do ônus probatório de forma que a instituição financeira apresente comprovantes de pagamento e demais informações.

(...)

Nessas execuções, tem-se admitido a deflagração mediante apresentação de elementos mínimos sobre a relação havida entre o titular do crédito e o banco réu, exigindo-se do mutuário que demonstre a existência da cédula, para, a partir de então, determinar a inversão do ônus probatório de forma que a instituição financeira apresente comprovantes de pagamento e demais informações.

Como se vê, reformar essa conclusão demandaria o reexame de provas dos autos, sobretudo para verificar se as já juntadas ao processo formariam juízo válido de verossimilhança das alegações da parte exequente. Incidente, nesse ponto, o óbice da Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL -
AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE

NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DO DEMANDADO. 1. O juízo negativo de admissibilidade veiculado na origem não vincula esta Corte Superior por se submeter ao duplo controle. Precedentes.

2. A pretensão recursal encontra óbice no enunciado da Súmula 7 desta Corte Superior, porquanto **rever os elementos que dão suporte à responsabilidade civil e os requisitos para aplicação da inversão do ônus da prova demandaria o reexame do contexto fático-probatório existente nos autos.**

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1218351/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, **QUARTA TURMA**, julgado em 11/12/2018, DJe 19/12/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. AÇÃO SECURITÁRIA. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. AFASTAMENTO. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Segundo a orientação jurisprudencial desta Corte de Justiça, a inversão do ônus da prova é realizada a critério do juiz mediante a verificação da verossimilhança das alegações da parte, de sua hipossuficiência ou da maior facilidade na obtenção da prova, **requisitos cuja apreciação implica análise do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada na via estreita do recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.**

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1272703/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, **QUARTA TURMA**, julgado em 27/11/2018, DJe 07/12/2018)

Fica mantida a conclusão do acórdão, nesse ponto.

4. Em sede de recurso especial, o STJ não pode reexaminar as provas dos autos, notadamente para aferir se o cálculo do valor exequendo pode ser realizado por simples cálculo aritmético ou se é necessária prova pericial. Incidente o óbice da Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO DE COBRANÇA DE COTAS CONDOMINIAIS. **CÁLCULOS APRESENTADOS PELO CREDOR. NECESSIDADE DE ENVIO AO CONTADOR. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ.** NECESSIDADE DE GARANTIA DO JUÍZO PARA OFERECIMENTO DE IMPUGNAÇÃO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 83/STJ.

1. A possibilidade de apresentação de cálculos pelo credor e a necessidade de envio dos autos ao contador, contrariamente à conclusão do acórdão recorrido, encontra óbice na Súmula 7/STJ.

2. A jurisprudência desta Corte entende "ser a garantia do juízo pressuposto para o oferecimento da impugnação ao cumprimento de sentença, a teor do disposto no art. 475-J, § 1º, do CPC/73" (AgRg no AREsp 842.066/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe 24.3.2017).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no REsp 1507924/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, **QUARTA TURMA**, julgado em 06/03/2018, DJe 19/03/2018)

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. INEXISTÊNCIA. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. SIMPLES CÁLCULO ARITMÉTICO PARA APURAÇÃO DO VALOR INDIVIDUALMENTE DEVIDO A CADA UM DOS BENEFICIADOS. ALTERAÇÃO DO JULGADO. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

(...)

3. Tendo o Tribunal de origem afirmado ser suficiente a mera realização de cálculos aritméticos para apuração do valor individualmente devido a cada um dos beneficiados, não é possível afirmar pela necessidade de liquidação por arbitramento sem revisar fatos e provas. Incide, assim, a Súmula nº 7 do STJ.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 712.851/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 09/11/2016)

Resta mantido, assim, o aresto recorrido, também nesse ponto.

5. Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator